



## **A ARQUIVÍSTICA INTEGRADA E O ESPAÇO DA AÇÃO EDUCATIVA NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: revisitando a literatura**

Integrated archiving and the role of educational action in document management: revisiting the literature

**LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO<sup>1</sup>**  
**PRISCILA RIBEIRO GOMES<sup>2</sup>**

### **Resumo**

O artigo visa refletir sobre as ações educativas em arquivos na gestão de documentos. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com intuito de compreender a gestão de documentos, a abordagem da arquivística integrada, na tentativa de identificar como e se as ações educativas podem fazer parte da gestão de documentos. Foi possível reconhecer na abordagem da arquivística integrada uma visão holística da gestão de documentos, de Rousseau, Couture e Ducharme. No qual, sete funções arquivísticas básicas são definidas, entre elas a difusão. A difusão se apresenta em três vertentes editorial, cultural e educativa. Demonstrando assim que a ação educativa pode ser realizada na gestão de documentos como uma via de fortalecer a relação arquivo-sociedade, exercendo uma comunicação eficaz da informação orgânica.

### **Palavras-chave**

Gestão de Documentos. Arquivística Integrada. Ações Educativas em Arquivos. Difusão.

### **Abstract**

This article aims to reflect on educational initiatives in archives and records management. A bibliographical study was conducted to understand records management and the integrated archiving approach, attempting to identify how

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão de Documentos pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos (DEPA/UNIRIO).

and if educational initiatives can be part of records management. The integrated archiving approach identified a holistic view of records management, as proposed by Rousseau, Couture, and Ducharme. Seven basic archival functions are defined, including dissemination. Dissemination is presented in three dimensions: editorial, cultural, and educational. This demonstrates that educational initiatives can be implemented in records management as a way to strengthen the archive-society relationship, effectively communicating organic information.

### **Keywords**

Document Management. Integrated Archiving. Educational Actions in Archives. Dissemination.

## **1 INTRODUÇÃO**

No período entre guerras e pós Segunda Guerra Mundial ocorreu um aumento exponencial do volume documental, o chamado "*boom* documental". Buscando atender a demanda de documentos, os americanos, muito influenciados pela Administração, passaram a adotar a lógica da racionalização documental, criando, então, a gestão de documentos, que visa a eficiência, eficácia e economia no trabalho arquivístico. Nesse cenário, os arquivos ganham uma nova função, a de serem responsáveis pela gestão de documentos, ampliam sua atuação que antes estava pautada na guarda e conservação dos documentos, e passam a atuar em todo ciclo, da produção à eliminação ou guarda, auxiliando o Estado na sua administração (Jardim, 2011).

Vale ressaltar que na década de 1980, no Canadá inglês, surge uma nova abordagem do fazer arquivístico que objetiva uma visão holística do tratamento dos arquivos, a arquivística integrada de Rosseau e Couture (1998). Tal abordagem prevê um programa com três componentes, são eles: o primeiro refere-se à criação, difusão e acesso; o segundo classificação e recuperação da informação; e o terceiro proteção e conservação. Os três componentes estão envoltos por uma política, recursos materiais, humanos, financeiros e tecnológicos, propiciando então uma comunicação eficaz dos arquivos e da informação orgânica. Sendo assim, de acordo com os autores, têm-se sete funções arquivísticas básicas que são: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição; e difusão/acesso (Ibidem).

Mas em qual momento o arquivo exerce sua dimensão cultural e popular? De acordo, com Bellotto (2006, p. 228) é por meio da difusão que o arquivo pode



“enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular”. Esta pode ser realizada de três formas serviços editoriais, difusão cultural e ação educativa. Diante do exposto pergunta-se: Há espaço para ações educativas em arquivos na gestão de documentos?

A fim de contextualizar, é relevante enfatizar que este estudo é fruto de reflexões emergidas durante o curso de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à linha Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Como metodologia realizou-se uma pesquisa bibliográfica com intuito de compreender a gestão de documentos, a abordagem da arquivística integrada, na tentativa de identificar como e se as ações educativas podem fazer parte da gestão de documentos. Ressalta-se, porém, que o artigo não se trata de uma defesa da arquivística integrada, mas sim uma possibilidade de verificar como esta abordagem propicia novas perspectivas de atuação na área.

Diante do exposto dividiu-se o artigo em três seções: a primeira sobre a gestão de documentos, a segunda sobre a função arquivística difusão/acesso e terceira refere-se as ações educativas nos arquivos.

## 2 GESTÃO DE DOCUMENTOS

A gestão de documento na legislação brasileira é definida no artigo 3º da lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Brasil, 1991, p.1). A definição adotada, segundo Jardim (2015), é a única que utiliza em os termos “fase corrente e intermediária”. De acordo com autor este uso demonstra uma apropriação e uma redefinição de conceitos. Mas qual a origem da gestão de documentos?

Originário dos Estados Unidos da América, concomitantemente com outros países anglo-saxônicos, o volume documental gerado no período entre guerras e agravado na Segunda Guerra Mundial suscitou uma demanda para racionalizar a massa documental de forma eficiente e eficaz. Algumas ações foram realizadas como a Comissão Hoover, em 1947 e 1953, e o *Federal Records Act*, em 1950, onde as instituições do governo deveriam instituir programas de gestão de documentos, os chamados *records management program* (Indolfo, 2007). A lei americana de acordo com Indolfo (2007, p.32) foi a base do sistema, com: “1) o conceito de ciclo de vida, 2) os programas de ação continuada, 3) o controle da gestão e 4) a especialização de

quem a praticava". O que foi identificado como ponto da criação de um novo profissional o *records manager*.

Ao analisar o caminho percorrido pela Arquivologia, Schmidt (2012) explica que a abordagem teórica da gestão de documentos faz parte da Arquivologia moderna. A Arquivologia moderna tem como contexto o período do pós Segunda Guerra Mundial, com destaque, posteriormente, ao desenvolvimento tecnológico, institucionalização da Ciência da Informação, crescimento da informação científica e reconhecimento das ciências sociais. No qual os arquivos administrativos ganham relevância.

A gestão de documento foi intitulada por Silva (2011, p. 156) como a visão gerencial dos arquivos, pois na prática arquivística é possível identificar a gestão administrativa, ao afirmar

Enfatiza-se a perspectiva da gestão administrativa. Têm-se os objetivos de sustentar direitos da instituição servindo-lhe de memória para uma continuidade assentada nos atos registrados. De modo geral, surge um modelo de compreensão das funções arquivísticas no controle documental desde o planejamento da criação até a sua destinação final.

Ainda de acordo com Schmidt (2012), esta nova prática propicia uma alteração do perfil profissional entre *records manager e archivist*. Visto que o arquivista tradicional não teria conhecimento para lidar com esta nova realidade. Além disso, a informação registrada ganha novos contornos, como apontado pela autora, com a inclusão do acesso a informação na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, as instituições precisaram se adaptar. A avaliação proposta por Schellenberg se destaca como uma das principais técnicas para conseguir atender os desafios da modernidade. Sua obra "Arquivos Modernos: princípios e técnicas", de 1956, é um dos marcos da Arquivologia Moderna. Nesta obra, Schellenberg (2006), descreve todas as práticas que devem ser exercidas por um arquivo, mas o maior destaque da obra é a avaliação dos documentos. O autor discorre sobre o valor documental e o divide em dois o valor primário e o secundário. O valor primário refere-se ao motivo de criação do documento, seu valor administrativo, fiscal, legal e executivo. O valor secundário são os outros usos do acervo que pode ser histórico, cultural, mas não negam o seu valor probatório e informativo. Seriam esses critérios que guiam a avaliação.

Outra abordagem existente na Arquivologia Moderna, destacada por Schmidt (2012), é o sistema de séries do australiano Peter Scott. Esta abordagem surge, pois, o sistema de *archive group* de Hilary Jenkinson até então adotado na Austrália não atendia a demanda do jovem país que passava por mudanças constantes de suas estruturas administrativas. O sistema de séries



constitui uma abordagem dinâmica para controle intelectual dos documentos, tanto os em processo de trâmite como os já arquivados, possam ser vistos através de múltiplos prismas contextuais através de estratégias de Descrição capazes de espelhar a natureza dinâmica da criação de documentos (Ibidem, p. 161).

Para Scott é por meio da descrição que se consegue manter a classificação do fundo a partir das séries da mesma função. A descrição deve ocorrer em dois níveis, o primeiro para conjunto documental e o outro sobre contexto e função de produção (Schmidt, 2012).

Seguindo a cronologia evolutiva, na década de 80 temos o início da Arquivologia contemporânea. Para Schmidt (2012) esta nova etapa da Arquivologia tem em seu contexto as novas tecnologias da informação e comunicação, que com o passar do tempo tornaram-se cada vez mais integradas ao dia a dia da sociedade. Surge então a necessidade de repensar as práticas na tentativa de atender as transformações e os desafios apresentados. Ainda para autora, a Arquivologia contemporânea possui seis abordagens, são elas: a australiana do *Records Continuum*, com objeto científico a informação gerada pelos processos; a pós custodial, de origem portuguesa, com objeto científico a informação social; a arquivística integrada, de Québec Canadá, com a informação orgânica; a arquivística funcional ou pós-moderna, do Canadá inglês, tem como objeto o *process-bound information*; a diplomática contemporânea ou arquivística, do Canadá inglês e da Itália, com documento de arquivo; e os estudos sobre a tipologia documental e identificação, espanhol, que tem como objeto o arquivo e o documentos de arquivo.

A arquivística integrada canadense é uma proposta apresentada por Couture, Rosseau e Ducharme. No Brasil, Lopes foi um grande entusiasta e divulgador. Em seu livro "A nova arquivística na modernização administrativa", de 2000, Lopes, nos agradecimentos considera a obra um tributo aos ensinamentos recebidos pelos colegas quebequenses.

Envolto por uma política, recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológico, a gestão integrada da informação orgânica tem como objetivo a comunicação eficaz dos arquivos, para tal possui três componentes em seu programa. O primeiro tange a criação, difusão e acesso. O segundo a classificação e recuperação da informação e o terceiro a proteção e conservação. No qual a gestão de documentos se daria em toda cadeia da criação até a manutenção do acervo definitivo. Sendo assim, de acordo com os teóricos idealizadores, têm-se sete funções arquivísticas básicas que são: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição; e difusão/acesso (Rosseau; Couture, 1998). A função difusão/acesso será abordada de forma mais detalhada na próxima seção.

A proposta teórica da arquivística integrada pode ser resumida de acordo com Lopes (2013, p. 4117) por quatro tópicos, são eles:

- Eleição da informação registrada como características arquivísticas, como objeto de pesquisa e trabalho; - busca de parcerias com vários saberes sem que isso signifique qualquer tipo de subordinação; - ênfase na pesquisa teórica e aplicada nos domínios do trabalho arquivístico, rejeitando-se soluções empiricistas; - estímulo à formação de quadros profissionais de alto nível capazes de planejar soluções para os problemas arquivísticos.

Desta forma, a arquivística integrada propõe não só um fazer, mas também que suas ações sejam fruto de uma discussão teórica uma nova Arquivologia. Para Rosseau e Couture (1998, p. 70) uma arquivística global têm três objetivos:

- garantir a unidade e continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e de valor secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização dos arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo.

Essa visão alargada propicia também a unificação da profissão que foi dividida com a entrada da gestão de documentos. Além de permitir uma maior visibilidade social dos arquivos e dos arquivistas. O que para Indolfo (2007, p. 39) trata-se da reconciliação da "tripla função: administrativo, científico e cultural"

A arquivística integrada é apenas uma das seis principais abordagens que coexistem na Arquivologia contemporânea. Estas abordagens tentam atender aos novos desafios tecnológicos, sociais, econômicos e político existentes. Cabe ressaltar, que a gestão de documentos é uma visão arquivística com 70 anos desde o seu surgimento em processo de transformação.

Para Jardim (2015) e Indolfo (2007) alguns pontos devem ser considerados sobre o conceito de gestão de documentos. Em primeiro lugar ele não é universal. Segundo, apesar da influência do modelo estadunidense e canadense este foi absorvido de maneira plural pelos outros países. Terceiro, alguns conceitos utilizados ainda não são consenso na área como o ciclo vital de documentos, a teoria das três idades, o modelo teórico do *records continuum*, assim como, a difusão e rápida adoção das normas ISO.



### 3 A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA DIFUSÃO/ACESSO

Rousseau e Couture em sua obra “Os fundamentos da disciplina arquivística”, de 1998, citam a existência de sete funções arquivísticas básicas que são: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição; e difusão/aceso. Tais funções devem estar presentes na execução da atividade arquivística. Na qual, a difusão encontra-se inserida na primeira parte dos componentes do programa. Mas não há um maior esclarecimento de cada função na referida obra. Nesta seção levantaremos algumas visões do que vem a ser a difusão/aceso e como esta tem sido contemplada nas práticas arquivísticas.

Os arquivos têm como uma de suas principais finalidades além da guarda, o aceso, e para realizá-lo é importante que todo ciclo de tratamento da informação arquivística seja executado, ou seja, o tratamento arquivístico é primordial para a difusão e aceso. Deste modo, não basta apenas disponibilizar a informação. É necessário que se crie meios para ter aceso, ou seja, para recuperar a informação desejada. E é a última etapa da gestão de documentos. A função de difusão é uma via para que se consiga facultar o aceso de forma mais ampla, eficaz e eficiente. Para Menezes (2012, p. 52) “a difusão é uma das funções arquivísticas essenciais para que se cumpra o aceso à informação, esta deve promover a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental”.

Nesmith (2010, p.16) afirma que há um percurso que precisa ser cumprido para se chegar à “sociedade dos arquivos”. A sociedade dos arquivos, segundo o autor, consiste em uma sociedade na qual “os arquivos sejam compreendidos, possuam bons orçamentos, funcionem com seu potencial máximo de uso e sejam considerados essenciais aos interesses da sociedade”. Para que se consiga chegar neste objetivo o autor complementa “a chave para avançar neste *front* variado está no esforço em colocar os arquivos no centro das preocupações da sociedade” (Ibidem). Ou seja, cabe aos arquivistas e aos gestores de arquivos ampliarem e melhorarem sua relação com a sociedade. O autor sugere então três ações que podem contribuir para esse alcance. A primeira refere-se à necessidade de um conhecimento aprofundado da proveniência e da história do arquivo e seus contextos. A segunda está relacionada à melhora da interface de comunicação com usuário e a terceira visa uma busca ativa por novos usuários. Das propostas apresentadas as duas últimas podem ser alcançadas por meio da difusão.

Mas o que é a difusão? De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), do Arquivo Nacional, de 2005, ao pesquisar o termo difusão nada foi localizado, mas ao pesquisar divulgação encontramos a seguinte definição

"Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências" (Arquivo Nacional, 2005, p. 72). Outro termo sinônimo foi pesquisado no dicionário a "disseminação da informação" definido por "Fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação" (Ibidem, p. 71). Este último para Rockembach (2015) seria o termo mais adequado, pois considera a difusão contida no conceito.

Ao pesquisar no dicionário Michaelis (2015) "difusão" tem-se doze definições, selecionou-se duas definições, são elas "1 Ato ou efeito de difundir (-se); 4 Propagação de ideias". Diante do resultado realizou-se uma busca pelo termo "difundir", dentre as cinco definições destacam-se duas "3 Disseminar (-se) uniformemente em todas as direções. 4 Tornar(-se) conhecido; divulgar(-se), propagar(-se)" (Michaelis, 2015). Realizar a difusão é divulgar, propagar ideias. Compreende-se então que a definição do DIBRATE de divulgação como sinônimo de difusão é a mais pertinente, discordando de Rockembach. Pois ao considerar o conceito na língua portuguesa entende-se que a difusão consiste no ato de tornar conhecido para um grande número de pessoas algo, sendo então divulgação o termo mais próximo.

A difusão pode ser definida também como:

La difusión corresponde a todas las actividades o acciones que permitan una mayor proyección y visualización interna y externa a partir de servicios y productos archivísticos. Para su aplicación debe existir una serie de elementos o requisitos; en este sentido, es imprescindible contar con un archivo debidamente organizado, junto con usuarios, productos y servicios (Ramirez, 2009, p. 188).

Para Ramirez a difusão é um conjunto de ações estruturadas que visam uma projeção extra e intramuros. Uma prática organizada que requer uma estruturação da instituição ou do serviço para executá-la. E tem como objetivo principal o cidadão para que o mesmo possa compreender o acervo e sua relevância, ao afirmar que *"Todo esto con la finalidad de concienciar al ciudadano y a la sociedad en general, sobre la trascendental importancia que desarrollan los archivos, su utilidad y servicios que brindan en beneficio de la comunidad"* (Ibidem).

E são estas práticas que podem auxiliar o cumprimento do acesso e o fortalecimento com a sociedade. Para Bellotto (2006) as ações de difusão são divididas em três atividades, são elas: editorial, cultural e educativa. Tais práticas apesar de secundárias exercem a função social do arquivo "dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro" (Ibidem, p.227).



Ainda de acordo com a autora, a ação cultural consiste em diversos projetos culturais, como exemplo exposições, efemérides, palestras, simpósios. A editorial refere-se as publicações da instituição. E a ação educativa são atividades voltadas ao público escolar e também para o que Bellotto intitula de “educação popular”, que visa atender o cidadão e pode “desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia” (Ibidem, p. 240).

Para Cabral (2012) a difusão cultural e educativa é uma forma de ampliar os usuários, pois para além da função de guarda os arquivos também devem participar da vida cultural da sociedade.

Santos e Borges (2014) afirmam que as ações de difusão se apresentam como uma via para o cumprimento de sua função social. Uma vez que, para as autoras, “é válida a promoção de atividades de cunho social que busquem atrair o cidadão para o seu patrimônio cultural e informativo, fomentar a sua identidade cultural e contribuir para formação de cidadão” (Ibidem, p. 315).

A difusão é uma função arquivística que deve constar como principal objetivo dentro de uma política integrada de arquivos, pois é a função que se conecta diretamente com o usuário. E pode ser exercida por três vertentes editorial, cultural e educativa. Cabe destacar que independente da sua vertente, compreende-se que:

A relação arquivo e sociedade deve ser estabelecida neste sentido, colocando o arquivo na posição de algo “culturalmente útil”. Essa compreensão por parte da sociedade poderá ser estabelecida por meio de ações conjuntas, buscando unir esforços da educação e da cultura, pelo entendimento e conseqüente valorização de um patrimônio cultural. Patrimônio este que deve ser visto como parte na construção social do sujeito (Vaz; Venâncio, 2018, p.9).

E são estes os valores que devem nortear as práticas de difusão sob os aspectos da identidade, cidadania e governança fortalecendo assim a democracia.

#### **4 AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS**

Para Schwartz e Cook (2004, p.18) “os arquivos - como documentos - exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva e identidade nacional, sobre como nós conhecemos como indivíduos, grupos e sociedade”. Pois para os autores, os arquivos são construções sociais e elementos críticos dos contextos sociais e intelectuais. Mas como fazer com que esse acervo chegue à sociedade? As ações educativas de acordo com Menezes (2012) dentre as três vertentes de difusão é a que apresenta melhor resultado

O enfoque para os três tipos de difusão (editorial, cultural e educativa), mencionadas através de exposições, oficinas, cursos, encontros, instrumentos de busca, periódicos, folhetos, publicações, visitas guiadas e técnicas, sendo esta última a que apresenta melhores resultados (conforme as respostas), é uma atitude que em todos os aspectos apresenta benefícios, pois agrada diferentes usuários, independente de suas preferências, uma delas lhes fará sentir atraído (ibid., p.68).

A ação educativa é definida no DIBRATE como serviço educativo um "Conjunto de atividades pedagógicas realizadas com o objetivo de divulgar o acervo e iniciar o público na sua utilização. 2 Unidade administrativa encarregada do serviço de referência" (Arquivo Nacional, 2005, p. 154). É uma das vertentes da difusão. Optou-se pelo uso do termo ação educativa por ser o mais usual ao pesquisar sobre a temática, mas compreende-se a importância de utilizar a nomenclatura única como forma de criar uma identidade para prática.

Para Bellotto (2017, p.135) "uma das formas de contato mais fascinantes, promissoras, atrativos e produtivos entre documentos de arquivo e sociedade tem sido observado pelos serviços de difusão cultural e pelos serviços de ações educativas". A autora destaca que os serviços educativos têm de fazer parte da estrutura organizacional da instituição. No qual, as atividades com viés pedagógico não estão limitadas a parceira arquivo - escola, mas também contemplam o que Bellotto intitula de "educação popular", que visa atender o cidadão e pode "desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia" (2006, p. 240).

O arquivo favorece diversas possibilidades de atuação, Fratini (2009) destaca que é justamente o fato de serem a prova do que aconteceu que fazem desse material um objeto de trabalho amplo quanto a seus usos na educação patrimonial, uma outra vertente da ação educativa, ao afirmar

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características – ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos de administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (Fratini, 2009, p.6).

Outra vertente é a educação pelas sensibilidades, tema trabalhado por Koyama (2015). A autora sinaliza que é possível identificar a educação da sensibilidade nas



práticas executadas atualmente nos arquivos. A educação pela sensibilidade compreende o processo de aprendizado pela experiência. “Os sentidos, nessa agenda educativa, são os instrumentos para a aquisição do conhecimento, ou seja, é no contato sensível com os objetos a serem utilizados no ensino que se tem a garantia da geração do conhecimento” (Koyama; Bueno, 2013, p. 4).

Para Vaz e Venâncio (2018, p. 25) o desenvolvimento de ações educativas independente de sua vertente, favorecem o desenvolvimento do que eles chamam de “competência em arquivos” estimulando a formação de habilidades para uso dos arquivos formando cidadão mais aptos “na busca da informação e de construção do conhecimento” (Ibidem). De acordo com os autores o arquivo público é

Um instrumento para o desenvolvimento do sujeito crítico, de compreensão do patrimônio, memória e história coletiva, trata-se de um espaço para a promoção de cidadania e para conscientização do que é democracia. É o ambiente da diversidade, visto que os atores sociais são diversos e todos detentores do mesmo direito de compartilhar e usufruir desse espaço e desse patrimônio cultural (Ibidem, p. 25-26).

As ações educativas são práticas com viés pedagógico e visam gerar no participante uma sensação de pertencimento, compreensão do que vem a ser o arquivo e sua importância, bem como questões de cidadania. Segundo Pinto e Gomes (2024) essas práticas podem acontecer em diferentes espaços e com objetivos plurais, destacando-se o patrimônio como foco das ações pedagógicas, apresentando algumas vertentes, como: a educação patrimonial, educação para o patrimônio, educação com o patrimônio, educação museal e ações educativas nos arquivos.

Nesse cenário, notamos algumas possibilidades de ações com o público escolar e ações com o público em geral, com enfoque à educação com patrimônio. E neste espaço tão plural o Arquivo e as ações educativas aparecem como uma vertente para fortalecer e ampliar a relação arquivo-sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Filha da Segunda Guerra Mundial e do crescimento exponencial da massa documental, a gestão de documento surge nos Estados Unidos e nos países anglo-saxônicos como uma possibilidade de resolver a realidade apresentada. Em um primeiro momento suas ações contemplavam apenas o arquivo corrente e intermediário, com forte influência da administração, e criando uma cisão com as práticas até então exercidas. Gerando assim duas profissões o *records manager*,

responsável pela gestão de documentos e o *archivist* responsável pelo tratamento dos arquivos permanentes.

Em meados dos anos 80, diante dos desenvolvimentos tecnológicos e sua rápida absorção pela sociedade, novos desafios se apresentam para Arquivologia. E a arquivística integrada de Rosseau, Couture e Duchame foi uma das abordagens apresentadas como solução. A arquivística integrada visa uma atuação holística da gestão de documentos, que perpassa da criação até o acesso. A abordagem sugerida pelos pesquisadores se apresenta como uma proposta baseada em estudos e práticas e requer um profissional apto a trabalhar em todo ciclo. A proposta consiste na gestão da informação orgânica dos arquivos com uma comunicação eficaz, divididos em três componentes e envoltos pelos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos. E para realizar as etapas de cada programa sete funções arquivísticas básicas devem ser realizadas, são elas: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição; e difusão/acesso.

A função difusão/acesso encontra-se na primeira parte do programa de Rosseau e Couture, consiste na divulgação das informações do arquivo para o grande público, tais ações devem estar pautadas sob os aspectos da identidade, cidadania e governança fortalecendo assim a democracia. A difusão pode ser dividida em três principais vertentes, editorial, cultural e educativa.

As ações educativas consistem em práticas com viés pedagógico que podem trabalhar com escolas, grande público em geral, educação patrimonial e educação para sensibilidades. Tais atividades objetivam sensibilizar os participantes da importância dos arquivos, fornecer conhecimento cultural e gerar um senso de pertencimento despertando para questões de cidadania.

Concluimos que a partir da abordagem da arquivística integrada, as ações educativas podem ser realizadas também na gestão de documentos, como uma das atividades possíveis dentro das vertentes da difusão. A ação educativa favorece o estreitamento da relação arquivo/sociedade, auxiliando na comunicação eficaz da informação orgânica.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



\_\_\_\_\_. Arquivo e Sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: BELLOTTO, H.L. **Arquivo Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.p.132-143.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, DE 08 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Brasília, DF, mar.2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 15 mar. 2017.

CABRAL, R.M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan/jun.2012, p. 35-44.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica** - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, ano 2009. 11p.

INDOLFO, A.C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, jul./dez. 2007, p. 28-60.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, jul./dez. 2015, p. 19-50.

\_\_\_\_\_. Em torno uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (19898-2011). In: XII ENANCIB –Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Brasília 2011. **Anais** [...]. Brasília:Thesaurus, 2011.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online**: ação educativa no universo virtual. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

KOYAMA, Adriana Carvalho; BUENO, João Batista Gonçalves. Educação dos sentidos e das sensibilidades: olhares entrecruzados sobre artefatos de ensino na contemporaneidade. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 22 a 26 julho 2013. Disponível em [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302223\\_ARQUIVO\\_educacaod assensibilidades3.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302223_ARQUIVO_educacaod assensibilidades3.pdf). Acesso em 03 jun. 2016.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: Projecto Editorial/Annabel Lee, 2ª ed, 2013. *E-book*.

MENEZES, P.L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n.3, dez. 2012, p. 47-71.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

NESMITH, Tom. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, jul./dez. 2010, p. 15-30.

PINTO, L. GOMES, P. Marcos teóricos em educação patrimonial: arquivos, museus, práticas e temporalidades. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v.34, n.69, p. 01-20, jul./dez. 2024.

RAMIREZ, J. C. La difusión en los archivos: importante herramienta de proyección ante la sociedade. **Revista Códice**, vol. 5, nº 2, jul /dez 2009, p.187-201.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>. Acesso em: 18 maio 2018.

ROSSEAU, J.; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SANTOS, K.; BORGES, J. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA**. Florianópolis, v.24, n.49, 2014, p.311-342.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320p. Tese (Doutorado Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, Documentos, Poder: a construção da memória moderna. **Registro**. Indaiatuba (SP), Ano III, n. 3, jul. 2004, p.18-33

SILVA, Eliezer Pires. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. **Revista Eletrônica Documento Monumento**, v. 5, 2011, p. 146-166. Disponível em: <http://200.17.60.4/ndihr/revista/artigos-e-dossies.htm>. Acesso em: 08 ago. 2014.

VAZ, Glaucia Aparecida; VENÂNCIO, Renato Pinto. Marketing, Difusão, Ação e Mediação Cultural em Arquivos Públicos. **RACIn**, João Pessoa, v.6, n.1, jan. /jun. 2018, p. 01-29.

---

Recebido em 31/10/2025

Aprovado em 14/11/2025



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>